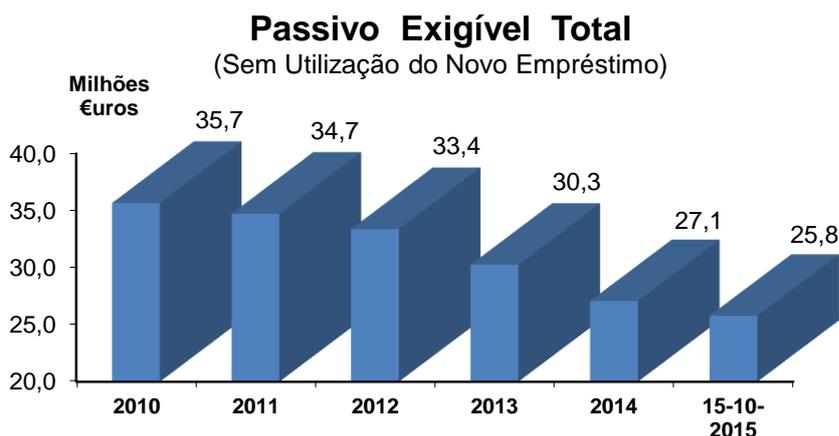


AC. EM CÂMARA

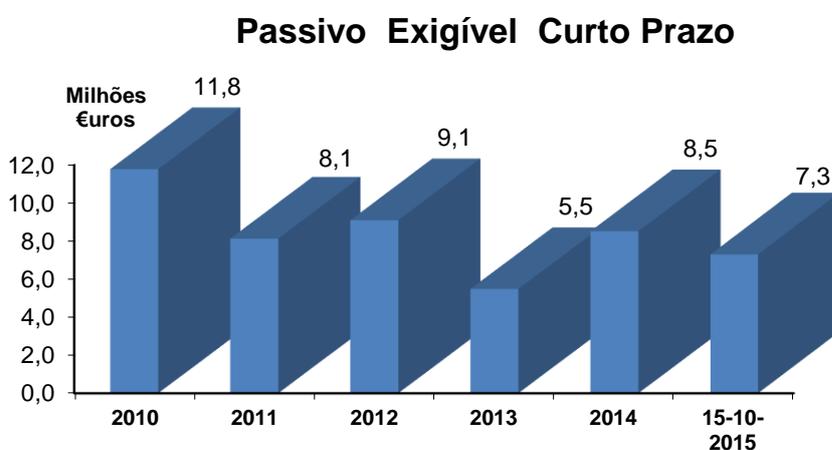
(05) PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO:-

Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2016, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO CMVC 2016 -**

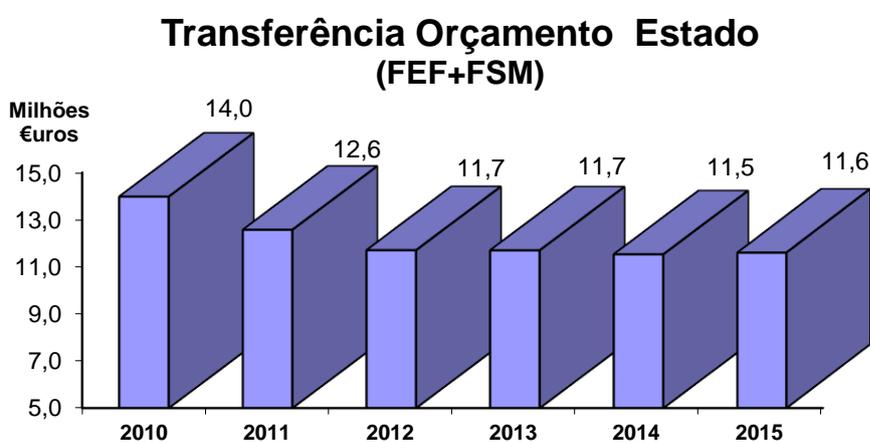
Enquadramento Orçamental - O Município de Viana do Castelo na preparação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016 não pode deixar de ter em consideração a grande exigência do quadro económico e financeiro do país bem como as grandes incertezas e indefinições relativas aos financiamentos comunitários expetáveis. Com a obrigação legal de aprovação no órgão executivo do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, até ao final do mês de outubro, **o executivo municipal confronta-se com a incerteza das verbas oriundas do Orçamento de Estado**, pois este documento ainda não se encontra aprovado. **Uma fonte de financiamento importante para o investimento previsto para os próximos anos são os fundos comunitários do Portugal 2020 e do Norte 2020.** Como é do conhecimento geral estes programas ainda estão atrasados quer na sua regulamentação quer na sua implementação. Neste momento ainda não foram assinados os contratos de financiamento da contratualização com a CIM do Alto Minho, nem sabemos qual será o resultado das candidaturas apresentadas pelo Município no âmbito da Reabilitação Urbana. **Tal como referimos no ano de 2015, conjugam-se ainda as dificuldades associadas ao fecho de um ciclo de fundos comunitários e ao início do novo ciclo de programação de fundos** mais exigente e restritivo nas ações e projetos a financiar para os municípios ou entidades intermunicipais. **O Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2016 e anos seguintes terá de ser um instrumento de apoio aos objetivos que o executivo municipal pretende prosseguir** no incremento do acolhimento empresarial, na reabilitação urbana, nas áreas sociais, na economia do mar, na coesão territorial e na aposta na educação e cultura. **O Município de Viana do Castelo continuará a efetuar uma gestão muito rigorosa dos dinheiros públicos e de grande esforço na poupança corrente**, pois são dois fatores determinantes da estabilidade financeira municipal e da capacidade de garantir mais investimento nas apostas e objetivos acima enunciados. O Município de Viana do Castelo, nos últimos anos, tem vindo a **reduzir significativamente o passivo de curto prazo**, bem como o passivo exigível total, **apresentando uma redução de 38% e 28%, respetivamente, face a 2010.** No corrente ano verifica-se um pequeno aumento no passivo de médio e longo prazo, a 30 de setembro, explicado pela contração e utilização parcial de um novo empréstimo para realização de investimento (aquisição terrenos para áreas empresariais, requalificação escolas e intervenções no litoral), que até 15 outubro foi utilizado o montante de 2.127.676,86€.



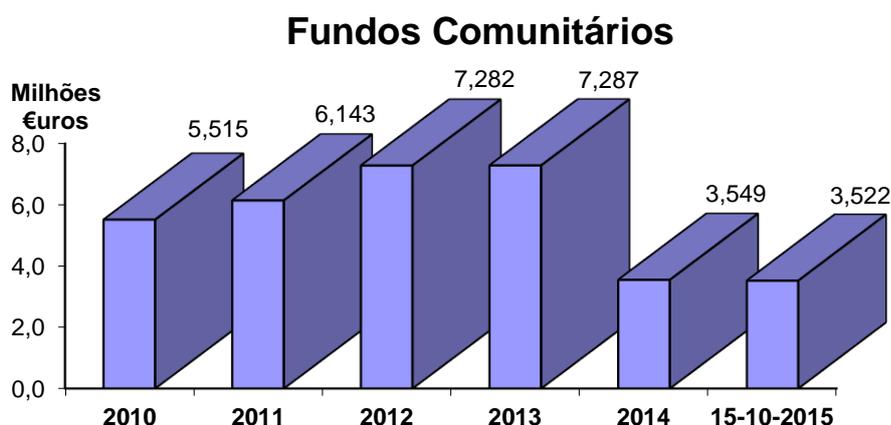
O **Passivo Exigível Total**, sem a utilização do novo empréstimo, no período 31/12/2010 a 15/10/2015, registou uma queda de 28%.



O **"Passivo Exigível de Curto Prazo"**, no período de (31/12/2010 a 15/10/2015), registou uma **diminuição de 38%**. As **Transferências do Orçamento de Estado** têm vindo a decrescer ao longo dos últimos anos, causando dificuldades aos municípios para assegurar as funções de apoio aos cidadãos, nomeadamente as do ensino público e das áreas sociais. Relativamente aos valores do próximo ano ainda não temos informação que possamos utilizar, uma vez que o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado.



O Município de Viana do Castelo tem vindo ao longo deste período de programação do QREN a efetuar um bom aproveitamento dos Fundos Comunitários permitindo desta forma a realização de bons projetos como infraestruturas de água e saneamento, equipamentos escolares, equipamentos desportivos, ampliação e qualificação de áreas de acolhimento empresarial. A conclusão até ao final de 2015 de alguns projetos e obras só foram possíveis pelo chamado “overbooking” (fundos sobrantes) deste quadro comunitário, visto a entrada em funcionamento do Portugal 2020 e Norte 2020 ainda estarem muito atrasados na regulamentação. O atraso na abertura dos avisos do “overbooking”, deste quadro comunitário de apoio ao ON2 e a não abertura dos programas de apoio ao ciclo urbano da água, como o POVT, prejudicaram a obtenção destes recursos pelos municípios portugueses.



O Orçamento Municipal de Viana do Castelo para o ano 2016 revela um pequeno aumento para 62 777 974,73 €, na expectativa de receita proveniente de financiamentos comunitários para alguns projetos apresentados às respetivas Autoridades de Gestão que estão identificados no nosso plano de investimentos. **As grandes Opções Estratégicas para 2016** - O executivo municipal continuará num programa de grande coerência e objetividade a orientar os seus esforços e energia para a concretização das linhas estratégicas – Reabilitação Urbana, Acolhimento Empresarial, Coesão Territorial, Economia do Mar, Apoios/Respostas Sociais, Educação, Desporto e Cultura. A atual conjuntura económica e social do país leva-nos no entanto a ter de reforçar alguns destes eixos por razões conjunturais e das dificuldades económicas das empresas e das famílias, como são o reforço das componentes sociais e de educação e maior atenção à criação de emprego, atividades ligadas aos produtos endógenos e à fixação de novas atividades empresariais em Viana do Castelo. 1. **Consolidar o projeto de requalificação urbana e de excelência ambiental de Viana do Castelo** - As recentes orientações comunitárias e nacionais reforçaram a ação prioritária nos domínios da reabilitação urbana e na regeneração de novas atividades nas cidades, pelo que o planeamento urbanístico desenvolvido em Viana do Castelo permitirá cumprir a ambição dos objetivos identificados no nosso PEDU – Plano de Desenvolvimento Urbano. Na reabilitação

urbana mobilizaremos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como todas as instituições do concelho, quer de carácter cultural, desportivo, social, e as Juntas de Freguesia, constituindo-se, assim, como um instrumento de verdadeira concretização de todos os projetos de dimensão coletiva. O nosso Plano de Desenvolvimento Urbano recentemente apresentado é a demonstração da vontade e ambição de continuar a aprofundar estes projetos e ações de uma forma mais sistemática. Esperamos também concretizar já no ano de 2016 o Plano de Intervenção em Espaço Rural para o perímetro de emparcelamento das freguesias de Areosa, Carreço e Afife, instrumento de gestão do qual se pretende uma valorização económica, social e ambiental para esse imenso território, alavancando sinergias no sector da produção de produtos de base endógena - agrícola, os quais se revestem de primordial acuidade para a sustentabilidade económica do concelho. Continuaremos a Requalificação/ Reabilitação/ Regeneração urbana e ambiental da cidade com especial atenção nas áreas periféricas ao centro histórico através da qualificação do espaço público, requalificação de equipamentos e promoção da habitação. Para este efeito aprovamos mais 3 Áreas de Reabilitação Urbana – ARU Cidade Poente, ARU Frente Ribeirinha, ARU Darque. As Juntas e Uniões de Freguesias continuarão a contar com o apoio financeiro e técnico do município para a qualificação do espaço público e de reabilitação de edifícios de valor cultural ou patrimonial, em todo o espaço concelhio. O Programa Polis Litoral Norte deverá ser continuado com outro modelo de gestão permitindo a consolidação das ações já iniciadas na preservação e valorização da nossa orla costeira, nas frentes ribeirinhas, estando previstas para 2016 a proteção da Praia de Afife (Ínsua, Arda), Praia Norte, Cabedelo, Amorosa e Castelo de Neiva. Teremos de continuar a ampliar os atuais Parques Empresarias e dar resposta a necessidades emergentes nomeadamente de novas áreas de acolhimento empresarial.

2. Aprofundar a coesão do território com as juntas de freguesia - Continuaremos o investimento no desenvolvimento e coesão das freguesias, reforçando as verbas para investimento no próximo ano em projetos e obras em especial na beneficiação da rede viária municipal, na beneficiação e ampliação de cemitérios e capelas mortuárias, nos arranjos urbanísticos e na requalificação de equipamentos culturais e desportivos. As Juntas de Freguesia continuarão a ter apoios e incentivos da autarquia para desenvolverem e aprofundarem políticas sociais, de saúde e de solidariedade. Esta cooperação tem permitido, nestes anos, minimizar o impacto das políticas económicas desfavoráveis nas famílias e nos idosos. No Ciclo Urbano da Água, continuaremos a alargar a rede de água e saneamento no concelho em articulação com os investimentos programados pelas Águas do Norte, acompanhando com investimentos em baixa alguns investimentos previstos nos sistemas em alta.

3. Apostar na educação, no desporto, na cultura e na criação cultural - O Município de Viana d Castelo sempre centrou os seus esforços na promoção da Escola Pública e na garantia de

acesso de todos os cidadãos à igualdade de oportunidades educativas. Continuaremos no domínio social com os apoios educativos, auxílios económicos na aquisição de manuais, de passes escolares e de refeições. As escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho contam com atividades no Atletismo, na Natação e na Expressão Musical nos seus currículos. A redefinição da Carta Educativa está em apreciação e discussão por todos os agentes educativos como instrumento de apoio na beneficiação e consolidação dos equipamentos educativos do concelho. Em 2015 concluímos um vasto programa de eliminação das coberturas de e um conjunto de obras de requalificação de alguns edifícios. Estamos a preparar para 2016 e 2017 novos investimentos em cantinas, Escolas e Jardins, prevendo-se a intervenção de requalificação na EB2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires / Escola Básica do Carmo e EB2,3 de Barroelas após aprovação das candidaturas ao atual quadro comunitário. A preservação e conservação do património como o Convento de S. Domingos e a Igreja de S. Bento serão objeto de candidaturas a programas comunitários. A tradição e a inovação, a preservação da Cultura Castreja, instalação do núcleo do Castro de Vieites, a recuperação de castros e mamoas, a criação dos roteiros do azulejo, da talha dourada e do estuque, a conclusão da certificação do traje à vianesa e a implementação da rede municipal de percursos pedestres serão prosseguidas nos próximos anos. O apoio ao Teatro através da Companhia de Teatro residente, o apoio à Música através da Academia de Música de Viana do Castelo e das Bandas Filarmónicas do concelho e das Associações Culturais, serão continuados por este executivo municipal. Promoveremos um programa de várias linguagens artísticas e culturais que animem os equipamentos como o Centro Cultural, o Teatro Municipal e os Museus. A promoção do Turismo no Norte de Portugal e na Galiza serão continuados através da promoção da gastronomia e vinhos e da cultura tradicional do nosso concelho em vários espaços e eventos regionais e nacionais. A valorização do Caminho de S. Tiago pela Costa será reforçado com a Galiza e outros municípios vizinhos, desempenhando um papel relevante no turismo cultural e religioso.

4. Proporcionar o acolhimento empresarial, e a promoção do comércio tradicional - O regime de **INCENTIVOS** em vigor e o conseqüente aumento da atração de novos investimentos no concelho leva-nos a ter de programar novos investimentos no alargamento de parques empresariais. Os incentivos e programas de apoio, como **isenções e reduções nas taxas de licenciamento, de IMT e IMI, disponibilização de crédito, Finicia e Microcrédito**, serão instrumentos de promoção para o alargamento do tecido industrial e de áreas e setores competitivos e de inovação do nosso concelho. Continuaremos a pugnar junto do governo e CCDR-Norte pela construção do novo acesso rodo -ferroviário ao Porto de Mar de Viana do Castelo, como fator de competitividade desta importante plataforma logística.

5. Consolidar a cultura marítima e promover a cidade náutica atlântica - Continuaremos no âmbito do projeto do Centro de Mar a apoiar a forte dinâmica dos centros náuticos, consolidando a prática de desportos náuticos nas escolas, e incentivando o turismo náutico em Viana do Castelo. A economia do mar já é uma realidade em Viana do Castelo e contará com novos projetos e ações em articulação com a Estratégia Nacional para o Mar, nomeadamente nas energias renováveis marítimas.

6. Aprofundar as políticas de solidariedade - Apoiaremos as instituições de solidariedade social, contribuindo desta

forma para a qualidade dos seus serviços prestados, quer na consolidação das respostas já existentes, quer no desenvolvimento de novos projetos e estratégias de intervenção social; As medidas de apoio às famílias serão continuadas e aprofundadas para a satisfação das necessidades básicas de alimentação, habitação digna, acesso à educação e à saúde; Promoveremos projetos de instituições de ensino no domínio da investigação e do conhecimento aprofundado das questões sociais que conduzam à implementação de novas e inovadoras medidas de intervenção social no nosso concelho; Continuaremos a apoiar o voluntariado, dando-lhes a oportunidade de intervirem nas ações e projetos desenvolvidos quer pelo município quer pelas IPSS's; Apoiaremos a construção e requalificação de respostas sociais levadas a efeito pelas instituições sociais concelhias, num regime de complementaridade à da Administração Central com especiais responsabilidades nestas áreas. **7. CIM Alto Minho – Estratégia 2020** - O Município de Viana do Castelo em articulação com a CIM do Alto Minho dará continuidade à Estratégia “ Alto Minho 2020” através do Programa de Contratualização de Coesão do Território. A Comunidade Intermunicipal e os Municípios do Alto Minho comprometem-se a desenvolver ações na área da competitividade do território, na promoção cultural e turística e na sustentabilidade social e ambiental do Alto Minho. **PLANO DE ACTIVIDADES DOS SMSBVC PARA O ANO DE 2016** - Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo vão apostar no reforço da qualidade da água, no alargamento das redes de água e saneamento, bem como no aumento da qualidade de serviço e na melhoria da sua eficiência por forma a prestarem um serviço público de qualidade à Comunidade Vianense. Assim e em conjugação com a Câmara Municipal, com a empresa intermunicipal Águas do Norte e ainda o previsível acesso a fundos comunitários, os SMSBVC apresentam um plano de atividades que vai permitir aumentar as taxas de coberturas das redes de água e saneamento, bem como melhorar o sistema de recolha de resíduos. No que concerne ao abastecimento de água, estão previstas três redes em alta: a construção das adutoras desde Vila Franca até Barroelas com passagem por Vila de Punhe e construção de reservatórios em Vila de Punhe (Milhões) e em Barroelas; a construção da adutora para Subportela e construção de reservatórios em Subportela; construção da adutora para Nogueira e a construção do respetivo reservatório em Pousados. Estas construções vão permitir a remodelação e ampliação das redes de abastecimento e distribuição de água às populações abrangidas. Relativamente ao saneamento de águas residuais vai ser lançado o concurso para construção do intersetor da margem direita do rio Lima que vai permitir drenar as bacias de Serreleis, Cardielos, Torre e Vila Mou e ainda Lanheses. Os SMSBVC têm ainda previsto ampliar as redes de recolha de efluentes em Subportela, Vila de Punhe, Vila Fria, Mazarefes, Castelo de Neiva, Neiva, Deão, Mujães, Barroelas estando no entanto pendentes do programa de apoio financeiro de dinheiros comunitários – POSEUR – que se aguarda publicação de avisos que nos permitam lançar mão desse instrumento financeiro. Em relação aos Resíduos Sólidos Urbanos, os SMSBVC vão ampliar a remodelação do sistema de recolha,

transformação do sistema de recolha lateral em recolha traseira, bem como vão apostar na prevenção e redução da produção de resíduos para aterro lançando para o efeito uma grande campanha de valorização de resíduos orgânicos e um grande projeto de compostagem familiar. Para o efeito vamos contar com uma candidatura a fundos comunitários do POSEUR, que nesta área já abriu para apresentação de candidaturas. Os SMSBVC vão continuar a sua aposta de melhoria de eficiência na gestão da água com projetos de redução de perdas aliados à telemetria com recurso a contadores inteligentes e na reabilitação das redes, em especial, no Centro Histórico de Darque, Monserrate e Areosa. Continuarão o seu esforço de melhoria da eficiência da gestão das redes com redução de perdas e na implementação das melhores práticas de gestão das suas infraestruturas. Continuarão a sua aposta na melhoria da qualidade dos serviços que prestam, apoiando-se na melhoria da qualificação e valorização dos seus colaboradores, nos sistemas de qualidade e no aumento do conhecimento das necessidades dos seus clientes. Os SMSBVC vão ainda alargar a certificação do sistema de gestão da segurança alimentar da água no sistema de abastecimento por forma a garantir o fornecimento de água segura a todos os seus clientes. Com vista à sua sustentabilidade, os SMSBVC vão ainda lançar campanhas de adesão aos serviços fornecimento de água e saneamento, de forma a que todos participem na amortização dos investimentos realizados e contribuam equitativamente para os serviços públicos que lhes são prestados. (a) Jose Maria Costa.”. A Vereadora Ilda Figueiredo começou por referir haver uma incongruência entre os valores constantes do PAF e do orçamento municipal, dado que este apresenta uma receita de cerca de dez milhões de euros que não constam daquele e que decorrem da inscrição de verbas provenientes de fundos comunitários, mas que muito provavelmente não serão obtidas, considerando que na melhor das hipóteses o montante de fundos comunitários poderá ser de um terço do montante orçamentado. Referiu também que considera haver uma grande escassez de verbas afetas a investimentos, designadamente para infraestruturas, arruamentos e equipamentos de diversa ordem. Criticou também o facto de vários dos projetos e obras cuja realização tem vindo a sugerir, não terem sido inscritas, destacando a criação do Museu do Mar e de vários polos museológicos. O Presidente da Câmara esclareceu que os dez milhões de euros orçamentados a títulos de transferências de capital é obviamente um valor meramente estimado e previsível, mas que é um valor realístico. Adiantou também que relativamente às obras de infraestruturas referidas, as mesmas estão contempladas no âmbito do financiamento das obras de requalificação urbana integradas nas ARU's. A Vereadora Helena Marques criticou a excessiva dependência dos fundos comunitários o que, ao não se verificar a aprovação dos projetos de financiamento, não permitirão a reprogramação dos investimentos previstos. Referiu também que as transferências do orçamento de Estado tem-se mantido estáveis desde o ano 2012, sendo portanto um factor

relativamente fiável. Disse que a coesão territorial e o crescimento das freguesias rurais depende também da execução de investimentos com capacidade de retorno económico, de que possam beneficiar as respetivas freguesias, de modo a sustentarem o seu próprio desenvolvimento, o que não é assegurado por este orçamento. Concluiu afirmando que o orçamento apresentado é um orçamento para “pagar contas” e não para fomentar o investimento público nem para reduzir a carga fiscal, aumentando a disponibilidade financeira das famílias e empresas do concelho. O Presidente da Câmara concordou que o orçamento está muito dependente dos fundos comunitários, mas que tal se fica a dever ao enorme atraso na preparação do novo Q.C., não havendo perspectiva sobre os projetos que poderão vir a ser aprovados. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor e 4 votos contra, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e os Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **DECLARAÇÃO DE VOTO**

DO PSD:- O PSD votou contra este plano de atividades/orçamento, pois considera que é um orçamento de pagamentos e não de investimento. A não redução da carga fiscal para as famílias bem como, a não aposta em estratégias concertadas para todo o concelho, faz com que este orçamento não mereça a nossa aprovação. Falta-lhe igualmente coragem política para assumir prioridades e implementá-las, reestruturando estratégias e repensando as políticas de desenvolvimento nas freguesias. O PSD fica no entanto satisfeito por, após dois anos de insistência ver previsto em orçamento, um montante de 500.000 euros para repensar o estacionamento no centro da cidade, bem como, verbas destinadas à criação de um parque de caravanas, por exemplo. Por incluir continuam políticas no nosso entender essenciais, como a redução dos impostos para os vianenses, o aumento da atratividade do concelho, bem como, a aposta inequívoca nas freguesias, com uma estratégia global. (a) Eduardo Teixeira; (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DA**

CDU - Tal como já tinha acontecido o ano passado, são muito escassos os meios financeiros municipais para novos investimentos, o que, em parte, resulta de decisões anteriores que consideramos erradas, seja por consequência da gestão de anteriores mandatos municipais que foram adiando investimentos em infraestruturas e equipamentos essenciais à população (rede de

saneamento básico, rede de águas pluviais, parques infantis, arranjo de vias municipais e passeios, parques de estacionamento público, equipamentos para apoio a associações culturais, etc) e deram prioridade a contratos de concessão, com cláusulas leoninas, como aconteceu com a aquisição de água em alta, alguns parques de estacionamento e a marina, seja pelo subfinanciamento das autarquias por parte da Administração Central. Por outro lado, quando era mais fácil o recurso a fundos comunitários, deram prioridade a obras de custos muito elevados, de impacto visual forte mas escassa utilização, como aconteceu com o chamado centro cultural, tendo descurado o investimento em infraestruturas e equipamentos básicos essenciais para a população vianense. Entretanto, com os sucessivos ataques ao poder local democrático ao longo dos anos, com destaque para estes mais recentes, designadamente os cortes decorrentes do chamado Fundo de Apoio Municipal, aliado à política nacional nefasta para os vianenses, a autarquia vê-se impossibilitada de se lançar em investimentos para colmatar as enormes carências da população sem a participação de fundos comunitários. Mas esses fundos comunitários, na sua maioria, ainda não passam de uma miragem, como se pode ver na diferença de verbas de cerca de 10 milhões de euros entre o PAF e o Orçamento para 2016. Ou seja, o orçamento da Câmara Municipal para 2016 está empolado em cerca de 10 milhões de euros para investimentos que, na sua generalidade, não passarão do papel durante 2016. A acrescer a tudo isto, há, agora, a concretização do desastroso “ negócio da água” que vai agravar em cerca de um milhão e meio por ano o pagamento à E. Águas do Norte. Por tudo isto, o voto da CDU é também um protesto perante decisões anteriores, que já na época mereceram a oposição da CDU, por recear aquilo que neste momento se está a viver. É também um protesto contra as sucessivas políticas governamentais que atiraram o poder local para uma situação muito difícil, de que os trabalhadores e as populações são as principais vítimas. E em Viana é particularmente desastroso que a requalificação da EB1,2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires continue adiada para 2017, o mesmo acontecendo com o Centro Escolar de Barroselas, os acessos ao porto de mar, o sempre ignorado museu do mar, a recuperação e aproveitamento de antigo património e velhos edifícios que poderiam servir de âncora para o desenvolvimento cultural, a dinamização da vida na cidade, o turismo, etc. Por isso, tal como aconteceu no orçamento de 2015, o que temos para 2016, se descontarmos o empolamento dos cerca de 10 milhões de euros de possíveis fundos comunitários, é uma mão cheia de quase nada, dado que a inscrição da maioria dos projetos de obras está feita por um valor simbólico, à espera do que irá acontecer com os fundos comunitários. Só que também para esses investimentos sempre se exige uma parcela mais ou menos significativa de fundos municipais, que podem não existir. Assim, a credibilidade deste plano e orçamento, no que se refere a investimentos, é muito escassa. Aliás, já foi o que aconteceu em 2015. Em todas as reuniões do executivo municipal houve alterações orçamentais e, mesmo assim, obras essenciais, apesar de inscritas no orçamento deste ano, não saíram do papel, como obras nas vias da Quinta de Monserrate, Areosa, Darque, etc. Também no plano de atividades dos Serviços de saneamento básico de Viana do Castelo se escrevia no plano para 2015: “ Caso se confirme o acesso aos fundos comunitários, a expansão de redes de água e saneamento abrangerá diversas freguesias, nomeadamente, Vila de Punhe, Castelo de Neiva, S. Romão de Neiva, Mazarefes, Vila Fria e Deão.” Agora, para 2016, acrescentam mais algumas que a CDU tinha referido o ano

passado, (caso de Serreleis, Cardielos, Vila Mou e Lanheses) embora ainda continue a faltar a necessidade de substituir estações elevatórias antigas, como em Afife. Mas nada avançou até agora. O que significa que as populações continuarão sem resposta para os seus problemas se não houver uma alteração da política nacional e uma afetação de fundos comunitários, dado que, no plano municipal, não há verbas para isso. Refira-se igualmente a ameaça, agora ainda mais próxima, dos municípios sofrerem as consequências desta gestão errada, seja diretamente, por um possível aumento do preço da água e saneamento e custos elevados nas taxas de ligação às redes, seja indiretamente, pela falta de recursos para novos investimentos, continuando a deixar as populações sem acesso a serviços fundamentais ou as associações e coletividades sem os apoios necessários. Um dos casos mais significativos é o que se passa com algumas associações desportivas que, ao terem de pagar o acesso à utilização de equipamentos municipais para jogos e treinos, retornam para os cofres municipais os escassos apoios que recebem, como se pode ver na respetiva rubrica de receitas do orçamento municipal. Quanto à situação dos arruamentos e outras obras previstas no plano de atividades da Câmara Municipal, registre-se a escassa verba prevista para obras essenciais, mesmo para aquelas que já têm concursos abertos há muito tempo. Tal como aconteceu o ano passado, para a maioria das obras previstas, a verba inscrita de mil euros ou pouco mais, mal dá para iniciar o projeto. Quanto às transferências para as freguesias, a situação contínua de carência, sobretudo se tivermos em conta as dificuldades financeiras que a maioria atravessa, devido também aos atrasos nas transferências municipais. Por tudo isto, a CDU votou contra o Plano e Orçamento para 2016. (a) Ilda Figueiredo.”.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS – O Plano de Atividades e Orçamento de 2016 é muito penalizado na sua construção orçamental pela ausência de informação relativa às verbas a transferir do Orçamento Geral do Estado para os Municípios também pela grande indefinição dos fundos comunitários do Portugal 2020. É inacreditável a ação do governo que agora termina as suas funções em que quase dois anos após o início do novo ciclo de programação do Portugal 2014-20 ainda não hajam definições claras para os investimentos e ações a serem financiadas aos municípios e entidades intermunicipais. Apesar desta dificuldade o orçamento apoia-se num esforço de poupança corrente das verbas municipais. Que fruto da boa gestão financeira permitem transferir recursos financeiros para investimento. As apostas do município para 2016 são claras nos domínios da reabilitação urbana, com especial enfoque das Freguesias do Plano de Urbanização da Cidade, na atratividade de novos investimentos e no apoio à relocalização de empresas do concelho para áreas industriais, e ainda na coesão territorial, através das transferências de meios financeiros para as freguesias. Este PAO de 2016 está em consonância com a estratégia municipal definida no Plano Estratégico do Município de 2011 e nas definições programáticas que os eleitos pelo Partido Socialista apresentaram no início do mandato. (a) Jose Maria Costa; (a) Vítor Lemos; (a) Ana Margarida Silva; (a) Luís Nobre; (a) Maria José Guerreiro.”.

25 de Outubro de 2015